DIVÓRCIO, CONJUGAÇÕES ACUSATÓRIAS E LAÇOS DE SOLIDARIEDADE (BELÉM, 1895-1900)

Ipojucan Dias Campos*

RESUMO: As reflexões a seguir tiveram como documentos base ações de divórcio impetradas na cidade de Belém-PA entre 1895 e 1900. Nestes autos notou-se que a acusação formal não era suficiente à condenação do/a réu/ré no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, então, elaborar outras imputações tornava-se essenciais às possibilidades de condenação e absolvição. Dessa forma, o argumento diretor concentrou-se em pensar que a justiça do Estado do Pará, nas teias de processos de divórcio, não via como prudente um auto ser embasado apenas na imputação formal (em única acusação), ele deveria ser tramado com outras responsabilidades aqui denominadas de conjugações acusatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Divórcio; Amigos; Parentes; Solidariedade.

Divorce, accusations and bonds of solidarity (Belém, 1895-1900)

ABSTRACT: The following reflections were based on divorce proceedings filed in the city of Belém-PA between 1895 and 1900. In these records it was noted that the formal accusation was not sufficient to the conviction of the defendant in the Court of Justice of the State of Pará then elaborated other imputations and became essential to the possibilities of condemnation and acquittal. Thus, the principal argument focused on thinking that the justice system of the State of Pará, in the webs of divorce proceedings, did not see how prudent an auto should be based only on the formal imputation (on a single charge), it should be plotted with other responsibilities here called accusations.

KEYWORDS: Divorce; Friends; Relatives; Solidarity.

Divorcio, conjugaciones acusatorias y solidarios lazos (Belém, 1895-1900)

RESUMEN: Las reflexiones a continuación tuvieron como documentos base acciones de divorcio impetradas en la ciudad de Belém-PA entre 1895 y 1900. En estos autos se notó que la acusación formal no era suficiente a la condena del / a reo / ré en el Tribunal de Justicia del Estado del Estado Pará, entonces, elaborar otras imputaciones se tornó esencial para las posibilidades de condenación y absolución. De esta forma, el argumento director se concentró en pensar que la justicia del Estado de Pará, en las redes de procesos de divorcio, no veía como prudente un auto ser basado sólo en la imputación formal (en única acusación), él debería ser tramado con otras responsabilidades aquí denominadas de conjugaciones acusatorias.

PALABRAS CLAVE: Divorcio; Amigos; Familiares; Solidaridad.

*Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é professor adjunto IV da Faculdade História da Universidade Federal do Pará (UFPA), docente permanente do mestrado em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Contato: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFPA), Av. Augusto Corrêa, s/n, Guamá, CEP: 66.075-110, Belém-PA, Brasil. E-mail: ipojucancampos@gmail.com.

Introdução

O presente artigo analisa a construção de laços de solidariedade e de conjugações acusatórias (as que pesavam sobre o/a réu/ré para além da imputação formal) por meio de processos de divórcio impetrados na cidade de Belém-PA entre 1895 e 1900.

Quanto aos domínios metodológicos alguns esclarecimentos são prudentes: em primeiro lugar, escolheu-se trabalhar os últimos cinco anos do século XIX porque, às particularidades da capital paraense, foi o recorte em que mais se concentraram autos desta natureza, assim sendo da cronologia à tese central a presente reflexão está absolutamente sustentada no que os documentos possibilitaram. Em segundo lugar, é premente esclarecer os significados do termo divórcio à época: na legislação pátria expressava “tão somente” a separação de corpos e bens, ou seja, o desenlace não viabilizava – aos desavindos – celebração de segundas núpcias em vida de um dos consortes, porquanto o casamento no Brasil era instituição indissolúvel. Em terceiro lugar, as pesquisas foram realizadas no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (ATJEPa) e no total compulsaram-se 21 ações, sendo que as contenciosas amplamente predominaram entre os consortes em litígio, representando 80,96%, o restante, 19,04%, correspondem as amigáveis. Também às análises a seguir usou-se o Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, documento elaborado pela República, o qual secularizou tanto a separação de corpos e bens (o divórcio) quanto o casamento, esta fonte foi consultada no Arquivo Público do Estado do Pará.¹ A referida legislação trazia domínios da família, tais como as formalidades, impedimentos, celebração, provas, efeitos, anulação do casamento, posse dos filhos, e as possibilidades para se impetrar uma ação. A esse respeito, o Decreto-Lei expressava no artigo 82 que a solicitação de divórcio apenas poderia fundar-se em um dos seguintes motivos: “adultério, sevícia ou injúria grave, abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos e mútuo consentimento dos cônjuges, si forem casados há mais de dois anos”.² Estas eram as condições apresentadas pela legislação aos cônjuges que compreendiam a vida a dois como impossível de quaisquer parâmetros para mantê-la estável ou passível de negociação.

É de bom alvitre expor que na presente reflexão não se usou a totalidade dos autos acima indicados. Concentraram-se esforços interpretativos em quatro de cunho contencioso, com efeito, querelas amigáveis não se constituíram aqui em alvos da investigação em virtude de as suas tensões tangenciarem outras operações investigativas, bem como diferentes estruturas jurídicas, as quais não passavam, por exemplo pela constituição de testemunhas, agentes essenciais para o que se deseja argumentar neste artigo. Dessa forma, a escolha de “somente” quatro autos justifica-se porque neles os envolvidos (testemunhas, cônjuges,

advogados) de forma sobeja e acintosa estabeleceram ligações contumazes entre laços de solidariedade e conjugações acusatórias no afã de ajudar a produzir sentença favorável aos seus no bojo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no recorte temporal em que se concentra este estudo.

Nesta linha interpretativa, as separações litigiosas ajudaram a pensar acerca das intrigas e múltiplas teias tecidas em Belém na ordem da última década do século XIX. Portanto, para tal vislumbrou-se, a partir de determinados lampejos grafados pelos advogados de acusação e de defesa, pelas testemunhas de acusação e defesa, pelos cônjuges suplicado e suplicante, pelos oficiais de justiça, pelos magistrados julgadores suas apreensões não do divórcio em si ou disperso em relações mais amplas e múltiplas, mas como cada um desses personagens teceram imagens do instituto em suas contingências, visto que um desenlace de corpos e bens envolvia a família, a religião, a sociedade, a salubridade, as moralidades pública e privada.

Em conformidade com isso, as reflexões concentraram-se em descortinar como pessoas próximas aos divorciandos se posicionavam no seio dos desarranjos conjugais, formando laços de solidariedade e, ao mesmo tempo, corroborando à formação de conjugações acusatórias. Assim sendo, amigos, parentes, vizinhos foram convidados, recorrentemente, a darem suas versões a respeito da vida a dois de seus conhecidos.

Amigos e parentes

Em 1899 José Augusto da Silva Lima, morador da casa número 41 da rua Riachuelo, entrou com processo de divórcio contra Carolina de Almeida Lima, que há algum tempo não mais convivia maritalmente com o demandante, segundo a petição inicial.³ A base legal a sustentar esta desunião foi o inciso terceiro do Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890: “abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos”.⁴ O autor e seu advogado, Justiniano de Serpa, argumentaram que Carolina vivia: “(...) ha longos annos, afastada do domicilio conjugal e querendo evitar que ella, privasse o supplicante de exercer o patrio poder sobre sua filha Maria de Almeida Lima, embora quer com esta para fora do Estado faço que constar, ate para fora do paiz (...)”⁵

Neste caso, diversos personagens foram envolvidos e demonstraram – conforme os elos de ligação – solidariedade com os genitores da menor Maria de Almeida Lima. Era confabulado em juízo que a posse da filha, o pai apenas perderia se fosse julgado carecedor da ação de divórcio, mas como ainda inexistia veredito o demandante e o seu advogado

requereram ao juiz da causa que a impúbere fosse depositada “em casa de família de confiança, a escolha de Vossa Excelencia”. A criança estava com a mãe, Carolina de Almeida da Silva, moradora à Praça da Independência. Com o pedido de depósito numa residência de família de confiança, procurava-se fechar os campos de atuação da ré, sugerindo perante o judiciário ser o lar onde a impúbere convivia em companhia da mãe espaço pouco moralizado à impúbere.

Usando favoravelmente o direito, tecendo insinuações e junções contrárias à impetrada, o advogado e o autor do processo conseguiram, em 20 de novembro de 1899 por meio da decisão do juiz Flavio Correa de Guamá, um mandado o qual determinava ser a menor depositada em casa de família segura. Leia-se:

Auto de entrega. Em continuação ao recebimento da menor Maria de Almeida Lima no mesmo dia, mez, anno e lugar, fizemos entrega da dita menor na casa de morada de Francisco Ximenes, até que seja decidida a acção de divorcio que promove o mesmo José Augusto da Silva Lima a que cumprimos (...).⁶

Tensões familiares eram expressivas. José Augusto da Silva Lima conseguiu subtrair da mãe a posse da menor. No entanto, em 28 de novembro de 1899 mediante acordo entre os cônjuges, o problema foi apresentado sob outros parâmetros:

Diz José Augusto da Silva Lima, que tendo chegado a accordo com sua mulher quanto a estada e moradia de sua filha, cujo deposito havia requerido a esse juizo, tendo já sido expedido e effectuado, requer a Vossa Senhoria que em vista do exposto, mande levantar o deposito e entregar a menor ao padrinho desta Ludovico Paiva.⁷

Jogos de poder e de política teciam-se em direções múltiplas. Se, por um lado, o demandante conseguiu depósito da criança na “casa de morada de Francisco Ximenes” lugar tido como seguro e de família, por outro a ré, mediante acertos com o esposo alcançou convencê-lo ir novamente em juízo requerer o depósito em outro lar. Negociações entre os ex-companheiros em relação ao pedido de levantamento do depósito da menor foram aceitas pelo juiz que, em 23 de novembro de 1899, autorizou que os oficiais de justiça João Ximenes Júnior e Rufino Alves Lima retirassem a filha dos contendores dos domínios de Francisco Ximenes e a depositassem no lar de Ludovico Paiva, padrinho dela, morador “a Praça da Independência”. Um dado nos endereços chamou atenção. Tanto o padrinho quanto a mãe residiam próximos: “a Praça da Independência”. Teria sido em virtude de ficar mais próxima à filha a razão dos acertos entre esta (ré) e o demandante? A casa de morada de Francisco Ximenes, a primeira residência em que a menor foi depositada, ficava na rua dos Tamoyos nº 20 A, geograficamente distante da Praça da Independência. Certamente os contatos entre mãe

e filha tenderiam a ficar mais rotineiros em decorrência da cercania e também da existência de prováveis laços de solidariedades entre o padrinho, a mãe e a menor.

Autos de divórcio conduziam a vários significados. Análises sinalizaram à múltiplas ligações, como a de se firmar solidariedade e aos esforços das testemunhas, dos cônjuges e dos advogados para se montar junções acusatórias apreendidas como coerentes pelos juízes.⁸ Em conformidade com isso, manter boa circularidade com a vizinhança, os parentes e os amigos certamente facilitava quando do litígio. Formar vínculos de solidariedade e possuir bom trânsito entre os sujeitos sociais que compunham o círculo de relações eram essenciais para se constituir mais facilmente testemunhas a deporem favoravelmente. Articular jogos de poder e ao mesmo tempo neles ser bem visto era pré-requisito eficaz para se obter sucesso nos corredores do Tribunal de Justiça, porque em casos de separações conjugais, as regras jurídicas sugeriam mediações entre o cotidiano das famílias dos separandos, a coletividade e a lei. Quanto à constituição de testemunhas, o trabalho de Cristina Donza Cancela, acerca de casos de defloração da cidade de Belém,⁹ discorre existir expressiva rede de solidariedade entre as famílias das meninas defloradas com a vizinhança, padrinhos e parentes, pois, segundo a autora, estas eram as pessoas que mais se faziam presentes como depoentes nos processos de desvirginamento. Já Sidney Chalhoub,¹⁰ considerou que os laços de solidariedade tendiam a se apresentar mais claramente em situações conflituosas. Estes vínculos eram fundamentais numa cidade como o Rio de Janeiro a se embelezar e onde a concorrência no mercado de trabalho se apresentava disputado pelos imigrantes e trabalhadores brasileiros.

Por seu turno, Maurice Aymard, no trabalho “Amizade e convivialidade”,¹¹ demonstrou o quanto as redes de solidariedade ficavam mais coerentes quando os sujeitos sociais se encontravam em dificuldades tais como “nas arbitragens dos conflitos de interesses”. Aos estudos na cidade de Belém, tomando emprestadas as reflexões deste historiador, é de suma importância analisar o que vinha a ser conjugações acusatórias. Ao se interpretar peças de divórcio no recorte cronológico correspondente (1895-1900) notou-se ser elementar no bojo das ações elaborar eixos acusatórios irradiadores e paralelos à acusação central, ou seja, que o processo não se limitasse tão somente à acusação formal e sim outras fossem a ela congregadas.

Quadro 1: Artigo 82 e conjugações acusatórias mais comuns em processos litigiosos na cidade de Belém

Artigo 82	Acusações que foram conjugadas com os incisos	
	Mulheres*	Homens
§ 1º Adultério**	-----	-----
§ 2º Sevícia e Injúria	Abandono do lar, dilapidação dos bens, embriaguez, pouco provedor, roubo e abandono do lar.	Adultério, embriaguez e trajes indecentes.
§ 3º Abandono do lar	Abandono do lar, agressões físicas e morais, embriaguez, hábito do jogo, sevícias, mancha a reputação familiar, maus tratos e pouco provedor.	Adultério, pátrio poder e prostituição.

Este quadro foi elaborado a partir de 17 ações de divórcio contenciosas catalogadas no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (ATJEPA).

* Referem-se às conjugações acusatórias feitas pelas mulheres sobre os homens, o raciocínio é o oposto para os homens.

** Em nenhum dos processos checados as mulheres acusaram os maridos de adultério. Quando o marido acusava a esposa de adúltera levantou-se a possibilidade de que não se fazia necessário construir conjugações acusatória, apenas esta imputação era suficiente para se conseguir a separação de corpos e bens.

Estas conjugações tornavam-se possíveis em decorrência das orientações dos advogados a respeito de como formular “acertadas” palavras de denúncia e de defesa e as consequentes falas das testemunhas em juízo. Exemplar quanto a estas articulações foi a ação impetrada em 1898 por Dona Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa. Sobre este pesava legalmente, segundo a petição inicial, a incriminação de ter “(...) abandonado por dois anos consecutivos (...)” o lar doméstico e que “(...) durante esse tempo não ter lhe dado nem a seus dois filhos meios de subsistencia (...)”.¹² O processo ajustava-se no inciso 3º do artigo 82 do Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890: abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos. No entanto, no libelo acusatório também se procurava provar: embriaguez, agressões físicas e morais frequentes, o hábito do jogo, ser responsável por manchar a reputação familiar e de não ser bom provedor. Estas se constituíam em incriminações pouco recomendadas ao masculino, pois se exigiam comportamentos-padrão como o de exemplar pai de família. Adjetivando-o negativamente, eram tecidas paralelamente diversas conjugações acusatórias, porquanto tais articulações chocavam-se imediatamente com os ideais forjados pela Igreja Católica e o Estado, por exemplo, sobre o que viria a ser um bom chefe de família era invertido justamente para se culpar mais adequadamente o réu do processo; as imputações sinalizavam-se que o Senhor Alberto não contemplava pré-requisitos elementares exigidos aos homens.

As conjugações acusatórias eram construídas por meio de adjetivações negativas sobre os impetrados e tinham por objetivo procurar apregoar comportamentos notados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará como “desviantes”, ou seja, atacava-se o que a ordem dominante percebia como inadequado, incoerente, ineficiente e pútrido às relações sociais. A

este respeito, as mulheres reiteradamente associavam os homens ao abandono do lar, às agressões físicas e morais, à embriaguez, ao hábito do jogo, às sevícias e injúrias, a não honrar com a reputação familiar, ao roubo, aos maus-tratos, à dilapidação dos bens e de serem pouco provedores. Por seu turno, os homens delatavam suas esposas de indisciplinadas sexuais, de se prostituírem, de se embriagarem e de usarem trajes indecentes. Em apenas um auto usou-se contra a mulher o pátrio poder. Para ambos os sexos, esta estratégia jurídica tinha por fundamento denegrir o(a) acusado(a) perante o tribunal sentenciador. Centravam-se os discursos no compreendido pela “ordem dita dominante” como tarefas que deveriam ser particulares do sexo acusado, mas que por este não eram cumpridas. Desta maneira, conjugar acusações para melhor incriminar o cônjuge era estratégia jurídica recorrente nas peças de divórcio.

No libelo é impossível o homem não se referir a mulher e vice-versa, porquanto os seus discursos se fabricavam ou no mínimo se procuram fabricar através das frestas, das ações, das condutas, dos movimentos praticados no dia a dia pelos acusadores e acusados, ou seja, eram nas falhas e nas fraturas morais, sociais, higiênicas que impetradas e impetrados, acusadores e acusadoras buscavam se reinventar em uma demanda de divórcio. Aqui é bem acertado o uso de Joan Scott quando diz serem as interpretações a respeito das mulheres obrigatoriamente análises concernentes aos homens, assim um está diretamente ligado ao outro; então, para a historiadora “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo”.¹³

Ao se analisar desuniões em Belém tornou-se evidente que os magistrados do final do século XIX, “nada” decidiam tomando “apenas” por base o dito como acusação e causa centrais do desenlace, outros elementos da alçada do direito eram recorrentemente envolvidos (bens, pensão), mas também operações do cotidiano à legislação se ligavam (moralidade, honra, salubridade, as quais em muito ligavam-se a lei). Contudo, jamais aqui se apresenta serem os profissionais do direito agentes desprezadores dos preceitos jurídicos, porém é possível pensá-los como indivíduos que gozavam de “certa liberdade” condicionada no seio do direito; assim sendo, os magistrados não eram executores isolados das regras jurídicas, eles dialogavam com o cotidiano, com o exigido pela sociedade da época, mas também com instâncias diferentes do direito de família como o criminal.

Voltando ao caso de Antonia Sá Moreira de Sousa e Alberto Moreira de Sousa, as regras jurídicas sugeriam que as conjugações acusatórias e as teias de solidariedade se mostravam bastante transparentes, isto é, dúvidas não poderiam restar quanto aos movimentos ao tempo do desenlace e nem tampouco em relação aos pregressos. Contemplando estas

recomendações estava o depoimento de Libanio Valle, 36 anos, casado, brasileiro, empregado no comércio, dizia ter conhecido os consortes na cidade de São Luiz. Confirmava em juízo: “(...) ausência do réu se constituía há algum tempo, que a justificante era constante e diariamente agredida fisicamente (...)”.¹⁴ João Affonso do Nascimento, 42 anos, casado, brasileiro, comerciante, conheceu o casal na cidade de Manaus, em 1893, também corroborava neste sentido. Este depoimento em linhas gerais não destoava se comparado com o anterior, pois confirmava o abandono do lar do justificado e aprofundava as acusações de “(...) violência física contra a requerente (...)”. Contudo, Nascimento trouxe novas informações, as quais mostraram-se bem alinhadas às exigências das regras jurídicas, isto é, assegurava inexistir qualquer procedimento desonesto da autora e “(...) nem nunca ouviu dizer por pessoa alguma que a justificante tenha procedido mal, vivendo portanto honestamente, não só em Manaus, onde a conheceu, como aqui no Pará”.¹⁵

Raymundo Archer da Silva, 43 anos, casado, brasileiro, empregado no comércio e vizinho dos consortes na cidade de São Luiz foi outra testemunha constituída por Antonia Sá Moreira de Sousa. Confirmava que o “(...) justificado abandonou a justificante e ao seu filho menor (...)” e que “(...) o justificado não proveu a subsistência de sua mulher e de seus filhos (...)”. Segundo o testemunho, em decorrência de Alberto Moreira de Sousa não se constituir num bom provedor, a demandante teria ficado “doente em seus recursos”, sendo auxiliada por seu cunhado Manoel José Vinhaes. Como na versão dos fatos anterior, nesta igualmente foi articulado por Raymundo jamais ter ouvido nada que depusesse “(...) contra a reputação da justificante, nem em Maranhão nem aqui no Pará, e que em vista disso presume que ela viva honestamente, visto estar em companhia de sua mãe e de sua irmã”.¹⁶ Antonio Duarte Quintino Garcia, 33 anos, solteiro, português, guarda livros era vizinho dos cônjuges, em 1892, em Manaus e também confirmava as “(...) agressões físicas a dona Antonia Sá Moreira de Sousa (...)”. Ele asseverava, em relação à honradez da demandante, não lhe constar qualquer prática contra a reputação da mulher casada “(...) tendo mesmo algumas vezes visto-a em reuniões da melhor sociedade (...)”.¹⁷

As duas últimas testemunhas não teceram declarações destoantes. Henrique Burgos de Oliveira, 21 anos, solteiro, brasileiro, empregado público, no ano do processo, 1898, residia na mesma casa em que estava hospedada a demandante. Quanto a honestidade de Antonia reiterava: “(...) não lhe consta coisa alguma que a desabone (...)”.¹⁸ A última foi Francisco Pinto de Mesquita, 28 anos, solteiro, brasileiro, empregado no comércio, declarou conhecer o réu desde solteiro. Em juízo confirmava saber ter o justificado abandonado a justificante e durante o tempo de ausência do acusado “(...) este nunca concorrera com meio

algum para a subsistência de sua mulher e de seus filhos (...)”. Francisco de Mesquita enfatizava a prática da embriaguez do réu, pois teria “(...) encontrado o justificado um pouco alterado, não podendo supor senão que seja devido a embriagues (...)”.¹⁹

Relações de solidariedade, bem como articulações acusatórias variadas (junções acusatórias) estavam bastante delineadas nos dramas em pauta. Aos estudos realizados na cidade de Belém, de nenhuma maneira, as pessoas envolvidas (cônjuges, advogados, testemunhas, por exemplo) poderiam se furtar em construir ligações entre solidariedade mútua e a elaboração de culpabilidade para além da acusação formal, isto é, jamais um libelo de divórcio deveria apenas se concentrar em único inciso do artigo 82 do Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. Por esta razão, a Senhora Sá Moreira e o profissional do direito (seu advogado) colocavam as operações e degradações conjugais cotidianas para muito além do “abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos”; com efeito, imprevidente, péssimo mantenedor do lar, dado ao etílico, eis algumas outras imputações paralelas (conjugações acusatórias) que as testemunhas foram orientadas a ligar ao inciso em que o auto estava balizado.

Tomando como base os depoimentos, as testemunhas argumentavam em juízo serem vizinhas do casal ou que conheceram os contendores nas cidades de São Luiz ou Manaus. Por meio destes conhecimentos prévios, havia laços de solidariedade entre os depoentes e a demandante, porque reforçaram em vários momentos as acusações contidas no libelo acusatório e também ajudaram a formar incriminações paralelas. O categorizado como conjugações acusatórias foi bem pensado no processo, pois nele não se procurava convencer o judiciário apenas de que o réu teria infringido o inciso 3º do artigo 82 do Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, mas sim que havia desestruturado o lar por meio de injúrias, sevícias, embriaguez e por não cumprir com seus deveres de provedor. Estas imputações não eram retóricas, tinham grande peso negativo pois nada possuíam de higienizante ou de labor, mas sim sobejamente o oposto. Rompia-se com a ética do trabalho. A respeito das temáticas embriaguez e vida higienizada, Maria Izilda Santos de Matos, percebeu por meio das campanhas antialcoólicas ser o vício da bebida problema masculino; eles, os responsáveis legalmente pela manutenção do lar, com suas práticas etílicas acabavam por transformar a família em espaço anti-higiênico, fato que trazia agruras à sociedade.²⁰

O processo impetrado no Juízo de Direito da 1ª Vara de Casamentos por Dona Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli em 23 de outubro de 1895 corrobora na presente reflexão. A autora era casada pelo regime comum de bens e do casal houve dois filhos de nomes Américo, 02 anos e Humberto, 09 meses. Segundo a impetrante, o réu

impingia-lhe cotidianamente maus-tratos e, não mais suportando as ações seviciosas diárias, propôs divórcio litigioso. O réu respondia as denúncias de ter expulsado a mulher do lar conjugal, uso de palavras que a decência mandava calar e ameaças de morte. As incriminações convergiam, segundo o advogado Antonio Firmo Dias Cardoso, para o inciso 2º do artigo 82 do Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890: sevícia ou injúria grave. Esta parte da lei foi onde a apelante se sustentou para conseguir sentença favorável diante do judiciário paraense. Por outras vias, as tensões acima representavam teias iniciais de intrigas e jogos de poder que seriam tecidas ao longo dos nove meses deste processo de separação de corpos e bens.

Suplicante e advogado procuravam elaborar coerente e necessário aplainamento das acusações que pousariam sobre o cônjuge litigado, porquanto se devia nivelar e conjugar as denúncias impingidas contra o possível culpado da ação de divórcio, visto que as contidas no seio do processo não se resumiam unicamente a tais determinações, como se analisará nas declarações das testemunhas constituídas pela autora. Por meio delas, as censuras ao réu em nada se restringiriam apenas às sevícias e injúrias e sim em variadas tentativas e promessas de assassinato contra a “existência da suplicante”. Para a análise desta acusação Susan Besse muito ajudou.²¹ A historiadora discorreu que nas décadas iniciais do século XX houve acréscimo, no Brasil, do número de “crimes da paixão”. As razões deste recrudescimento foram em decorrência do desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial que veio causar o “enfraquecimento” dos laços conjugais e familiares proporcionando, assim, maiores opções de movimento às mulheres. Este fato teria acentuado os conflitos entre os sexos, pois com as aspirações femininas sendo prenunciadas, os homens, não teriam recebido de forma segura as mudanças, antes com frustrações, e temores, uma vez que se colocava em jogo o domínio masculino.

As mulheres necessitavam precaver-se por meio dos caminhos sugeridos pelo judiciário paraense, ou seja, se ele encontrasse os mais longínquos indícios de culpabilidade em relação às mulheres que promoviam ações de separações conjugais, fatalmente a sentença a elas não seria favorável, neste sentido, a justiça paraense não julgava apenas comportamentos ditos inapropriados que os homens cometiam no interior do convívio conjugal, mas também as “inadequações” femininas. Desse modo, buscava-se não exclusivamente a transgressão que provavelmente teria sido cometida pelos homens, investigava-se – paralelamente – a vida pregressa das mulheres. Em conformidade com isso, para os sujeitos sociais – juízes, escrivães, vizinhos – julgar era estabelecer determinada verdade; o veredicto de um processo organizava-se, acima de tudo, em determinar um

culpado. Em “As práticas da justiça no cotidiano da pobreza”, Celeste Zenha,²² discorreu sobre a necessidade da justiça de Capivary (cidade de São Paulo) de construir socialmente uma culpabilidade, isto é, interpretou a exigência de se estabelecer “verdade” acerca dos processos criminais julgados. Neste estudo se compreendeu que o ato, a necessidade jurídica de se construir historicamente uma verdade para o veredicto final produzido no processo, se encerrava numa “fábula”, a qual começava a se formar a partir de uma conjunção de “historietas tidas como coerentes e verdadeiras”.²³

Nos autos de desenlace a justiça “tecia limites” ao estabelecimento das verdades. Ela não apenas procurava perceber a história das mulheres no momento da contenda jurídica, a vida pregressa vasculhava-se sistematicamente. Tais empecilhos enfrentavam-se do início à sentença final da ação de divórcio. No entanto, as margens mostravam-se largas e indefinidas visto que, apesar de supostamente vigiadas e normatizadas, as impetrantes elaboravam códigos de sociabilidades, solidariedades e plasmavam situações no sentido de favorecê-las, tais como a constituição de testemunhas que buscavam ajudá-las nas incriminações dos réus. Uma peça de divórcio se constituía em ato bastante meticuloso às mulheres tanto na posição de demandante quanto na de impetrada. Assim, um dos objetivos não tangente, mas central para parte da sociedade paraense era o de traçar limites a definir diferenças existentes entre as mulheres divorciadas daquelas que mesmo com o matrimônio desestruturado permaneciam ao lado do marido. Destarte, as que entravam com processos de divórcio tinham nesse momento algumas tarefas a cumprir, dentre as quais, a de aumentar e conquistar determinados pontos de apoio. Dito de outra maneira, necessitavam trazer à sua órbita de influência o maior número de pessoas dispostas não apenas a defendê-las em juízo, mas também que lhes proporcionassem melhor sustentação fora do litígio, como a emocional. Estas conquistas, repita-se, conseguiam-se no bojo do mesmo segmento social, na própria convivência mantida com os vizinhos, com os amigos, com os conhecidos, com os parentes.²⁴

Maria Juliana do Espirito Santo e o seu advogado Antonio Firmo Cardoso constituíram doze testemunhas das quais oito depuseram ajudando-os na desunião. Com este número a autora demonstrava: bons vínculos de sociabilidade e de ser a sua decisão invariável e pouco postergável. Nas falas dos depoentes apreenderam-se vestígios de múltiplas tensões e laços a os unir à solicitadora. Não obstante, encontraram-se nestes testemunhos prováveis virtudes da justificante, as quais permitiam perceber vínculos afetivos e de solidariedades. Os narradores de versões procuravam a todo momento evidenciar prováveis qualidades honrosas de Maria Juliana do Espirito Santo que, aliás, se desejava fossem inerentes a todas as

mulheres: comportamento irrepreensível, virtuosa, boa mãe e esposa, cândida, honrada perante a sociedade.²⁵

Solidariedades encontram-se nos depoimentos, isto é, nas acusações por elas sustentadas em relação aos prováveis comportamentos escandalosos do impetrado. Porém, neste contexto não é recomendado perder de vista que em muito seus posicionamentos representavam as próprias aspirações da impetrante e de seu advogado porquanto, provavelmente, elas foram orientadas tanto por Maria Juliana quanto pelo profissional do direito acerca de como deveriam discurrir as imputações contra Luiz Pignatelli. De tal modo, leiam-se as palavras proferidas por Julião Joaquim de Abreu, 65 anos, padre, brasileiro:

(...) Que assistio o Casamento de Dona Maria Juliana do Espirito Santo com Luiz Pignatelli, o qual realizou-se na igreja da Catedral no dia vinte e seis de novembro de mil oitocentos e noventa e dous; que sabe d'esse consorcio promoveram dous filhos de nomes Américo e Umberto; que sabe que o réo maltactava atrozmente sua mulher, não só por palavras como por factos, tendo elle testemunha ouvido em occasião o Réo chamar-lhe entre outros nomes que a decencia manda calar, de macaca, negra sem vergonha **; que sabe que o Réo ameaçava-a de matar com revolver, batendo-lhe algumas vezes no rosto com as mãos e soccos nas costas; que sabe que o Réo a deixava presa dentro de casa e ate sem comer sendo algumas vezes obrigada a solicitar ao Réo que tivesse pena de si e de seus filhos, mas o Réo desattendendo-a sempre, sendo ella sustentada por sua mai, que morando proximo, dava-lhe comida por cima do muro, n'uma vasilha, que vem amarrada n'uma corda, que a Autora puchava para tirar a dita vasilha, pois o muro era alto e não podia de outra forma chegar-lhe em recurso ou socorro, para não morrer de fome com os seus filhos (...).²⁶

A Igreja Católica se colocava contrária às separações conjugais sob a tutela do Estado, porém vale dizer que ela também realizava separação de corpos e nulidade de casamento tendo como base o direito canônico, aliás este bastante influenciou o decreto civil número 181 de 24 de janeiro de 1890. Sobre as possíveis sevícias e injúrias lançadas pelo réu à demandante era motivo mais do que suficiente para Luiz Pignatelli ficar um pouco mais apreensivo, porquanto as novas acusações foram discurridas por um membro de instituição que se posicionava de modo desfavorável, pelo menos frente ao divórcio civil. As possibilidades de o jurisconsulto vislumbrá-las verossímeis certamente cresceram, além de contar contra si a imaginável influência desta testemunha no bojo da sociedade. Com efeito, a ressonância da provável culpabilidade do réu se ampliava numa proporção que deveria sobrar motivos para o impetrado ficar mais e mais ressabiado.

Procurava a todo o momento corroborar com a premissa de que a solicitadora e seus filhos eram cotidianamente maltratados pelo acusado, chegando este a ponto de trancafiá-los em casa. Outra imputação inferida além das injúrias e sevícias foram posturas não muito provedoras do impetrado, dito de outro modo, Luiz Pignatelli também é acusado de não proporcionar mantimentos necessários à sobrevivência de sua mulher e filhos, isto é,

pesava não ser bom provedor, pois a esposa e os dois impúberes, em virtude do confinamento, seriam diariamente alimentados pela mãe da apelante.

Diante de cada palavra proferida, a vida jurídica do réu no tribunal paraense tendia a ficar mais confusa e complicada. A condição do suplicado distanciava-se do compreendido como comportamento moral adequado, ou seja, apesar das cobranças despendidas às mulheres, aos homens também decretavam-se comportamentos que fundamentassem o bem-estar da família, dentre os quais a de se constituírem em bons provedores, o que, segundo o depoimento do padre, não vinha sendo cumprido pelo marido de Maria. Este provável pouco desvelo com a estabilidade do matrimônio conjugado com as acusações de injúrias e com as tentativas de assassinato pesaram contra o réu no tribunal, pois houve transgressões taxadas como inadmissíveis: o encarceramento da família.

Volte-se, então, à narrativa do ministro da Igreja Católica quanto aos prováveis procedimentos praticados pelo réu, os quais ajudaram a justificante no seu intento final. O padre afirmava saber ser a demandante “(...) uma senhora virtuosa e excelente mãe de família e que a causa do procedimento do Réo era simplesmente devido ao seu carácter malvado e de costumes depravados (...)”.²⁷ Articulavam-se palavras elogiosas e qualificantes às condutas desempenhadas por Maria Juliana do Espírito Santo no bojo do matrimônio, então, isto era significativo para distanciá-la de quaisquer acusações destinadas a manchar sua honra, ou seja, apresentavam-se referências precisas à mulher com pretensão de separar-se. Esta parte do depoimento também ajuda a discorrer sobre outras razões ocorridas no seio familiar, igualmente publicizada pela testemunha. Julião de Abreu buscava esquadrihar ao juiz responsável pela sentença, Bruno Jansen Pereira, não apenas a boa conduta moral da autora, mas também o caráter reprovável do apelado. Dessa maneira, ponderava que as motivações para o réu proceder com sevícias e injúrias contra a autora justificava-se simplesmente devido ao gênio corrompido do suplicado. A testemunha buscava tecer a ideia de que, para o procedimento de Pignatelli, a requerente em nada havia contribuído: Maria do Espírito Santo não teria dado motivos às prováveis ações injuriosas cometidas por seu marido.

Antonio de Belem, 56 anos, solteiro, artista, natural do Pará, testemunhou contra Luiz Pignatelli e reforçou a versão anterior ao narrar:

(...) o Réo é casado com a Autora, tendo merecido a participação do seu casamento, indo cinco dias depois cumprimental-os em sua casa no Largo da Polvora; que sabe que d' seu consorcio existem dois filhos de nomes Americo e Humberto, o primeiro de dous annos e o segundo de neve mezes, mais ou menos, de idade; que sabe que o Réo injuriava e maltractava sua mulher, tendo elle testemunha visto n'uma occasião em que foi a casa do pai da autora, afim de faser um concerto n'uma parede, para o que teve de subir n'uma escada, d'alhi presenciar o Réo agarrado nos cabellos de sua mulher puchando-os fortemente e dando-lhe murros ou soccos nas costas e isto foi

obrigado a presenciar e ver, pelos barulhos e gritos da Autora, que, provocou-lhe a atenção, obrigando-o a procurar d'onde partia o mesmo barulhos e gritos (...).²⁸

O depoente presenciou a celebração do conúbio dos agora desavindos, indo dias mais tarde cumprimentá-los. Estas referências indicam à argumentação de que constituir testemunhas dava-se entre os seus. O narrador da vida alheia, apresentava de forma contumaz a sua versão a respeito do porquê da separação de corpos e bens, isto é, tecia malhas fechadas entre a justiça e a vida cotidiana das pessoas envolvidas na querela divorcista. As testemunhas tinham ciência dos acontecimentos ocorridos sob o mesmo teto dos parentes, vizinhos e amigos e, ao mesmo tempo, ao serem bem instruídas por advogados conseguiam montar cenários absolutamente adversos àqueles(as) que estivessem na condição de réu/ré; dessa forma, procurava-se apresentar e principalmente convencer o magistrado julgador que o cenário era absolutamente antagônico, onde não raramente se uniam a lei e o cotidiano.

As palavras seguintes foram:

(...) que sabe que a Autora, aquém conhece desde menina, é uma senhora virtuosa; que não sabe se entre o casal existe bens á partir, mas sabe que os pais da Autora são vivos e que tanto ella como seu marido moravam no Largo da Polvora, n'uma casa de propriedade do pai da Autora que gratuitamente elle havia cuidado para residirem (...).²⁹

Havia familiaridade entre este narrador com a autora do processo. Certamente a existência dos laços de solidariedade se teciam há algum tempo, porquanto a testemunha expressava ser Maria Juliana mulher virtuosa. O conhecer “desde menina” também sugeria relações antigas com a linhagem da autora, pois é bastante improvável que Antonio não mantivesse nenhum vínculo de amizade com os pais de Dona Maria Juliana do Espirito Santo. Tem-se novamente o apoio de que a voz pública possuía boa força acusativa, assim os vizinhos e amigos foram bastante requisitados para servirem de testemunhas nos processos em análise, não apenas os demandados pelas mulheres, mas também os impetrados pelos maridos.

Por meio de predicções e adjetivações elogiosas a testemunha procurava tecer a concepção de ser a impetrante mulher virtuosa, cumpridora dos deveres de esposa e mãe exemplar. Como se vem argumentando, num processo de separação conjugal não era suficiente procurar provar que o inciso no qual a suplicante se sustentava era verossímil, ou seja, que o implicado de fato houvesse nele incorrido. Mas constituía-se em contingente imprescindível ao sucesso de um auto desta monta deixar claro ao juiz se tratar de mulher moralmente digna e honrada. Assim, as testemunhas tinham, em linhas gerais, duas essenciais

funções no interior do litígio: tecer representações desconfortáveis dos(as) acusados(as) e ao mesmo tempo elaborar boas imagens das(os) queixosas(os).

Sebastião José de Menezes, 33 anos, casado, artista, trouxe novas informações a contribuir à inculpação de Luiz Pignatelli, além das acusações de sevícias e injúrias lançadas diariamente contra Maria, afirmou quando perguntado pelo advogado do réu, Elias Augusto Tavares Vianna, sobre os comportamentos do apelado “(...) que reside há muito tempo, nesta Capital e, no seu franco pensar, o tem na conta de um homem indigno de ser um pai de família, porque bebia e muitas vezes o via em casa duvidosas (...)”.³⁰ Sebastião, passou a qualificar o impetrado – segundo os seus referenciais – para o incriminar. Este depoimento não representava, à sociedade da época, um paradigma de homem honrado e comprometido com a prole, isto é, eram informações que lançavam contra o réu novas acusações, complicando-o sensivelmente diante do profissional da causa, pois se acentuava a pouca responsabilidade dele com a família.

As testemunhas, Delphino Martins da Silva Borges, 30 anos, casado, empregado no comércio, Ignacio Tito da Costa, 31 anos, casado, militar, Antonia Joaquina Lessa, 60 anos, solteira, parteira e Adolpho Pereira Dourado, 24 anos, casado, empregado público, reiteraram as imputações. Nos depoimentos prestados favoravelmente à queixosa no judiciário paraense, alguns vestígios e imagens deixados nas falas chamaram atenção entre os quais os de que todos os colaboradores confirmaram as injúrias e sevícias, o confinamento da autora e de seus filhos no interior da casa, a venda da mobília pelo réu, a sua embriaguez, que o lar onde moravam era de propriedade do pai da queixosa. Para essas convergências as testemunhas foram bem orientadas pelo advogado e, possivelmente, pela apelante do processo, ou seja, Antonio Firmo Dias Cardoso, Maria Juliana do Espírito Santos e as testemunhas se encontravam numa boa sintonia em relação às exigências jurídicas.

A respeito das cobranças jurídicas, Michel Foucault aqui torna-se crucial. Em “A verdade e as formas jurídicas” descortinou quem dirige a máquina do judiciário delega, historicamente, a “si próprio” poderes de dar ordens, adotar medidas e aceitar versões. Com efeito, a justiça não trabalha especificamente com a lei que rege o caso (aqui ações de divórcio), mas também com conjunto de narrativas, de construções, de versões elaboradas a partir do eixo do cotidiano.³¹

Exemplar neste sentido é o fato de serem as qualificações profissionais das testemunhas envolvidas não apenas neste litígio, mas em tantos outros, particularidades importantes e que nas contingências sociais de um processo de divórcio se revelavam não somente na condição de estratégia dos profissionais do direito, mas também numa

necessidade para que o veredicto fosse favorável. Os depoentes deveriam ser vistos como pessoas socialmente bem reputadas na sociedade, e neste sentido a reputação significava o apreço ao labor. Mostrava-se imperioso, no interior das dinâmicas de poder existentes no judiciário, manipular a ética do trabalho exigida no final do século XIX, assim a necessidade de se expressar tacitamente como dado à labuta deve ser interpretada na faculdade de contingência para que as acusações em juízo tomassem força e se reforçassem a cada palavra.

Da primeira testemunha, o padre Julião Joaquim de Abreu a Adolpho Pereira Dourado, a oitava, é possível encontrar referências como: conhecia há anos a impetrante e dela fazia o melhor conceito; exemplar mãe de família; esposa virtuosa; senhora honrada; senhora virtuosa. Nesta linha de pensamento, procurar fugir das condutas mais delicadas que pudessem corroborar à incriminação das impetrantes, constituía-se em objetivo trivial, porquanto as infrações mais incipientes cometidas pelas mulheres autoras de processos de divórcio poderiam ser utilizadas contra elas em juízo. Nos “deslizes” tênues os depoentes precisavam enfatizar adjetivos e predicados que ajudassem na construção de uma imagem honrada de Maria do Espírito Santo e de tantas outras mulheres no seio do judiciário paraense.

Nove meses de querelas haviam. Em 10 de julho de 1896, Bruno Jansen Pereira decidia o caso ordenando que os filhos do casal, Américo, 02 anos e Humberto, 09 meses, ficassem sob a guarda da mãe.

A decisão:

Assim visto e bem examinados estes autos, e considerando, que pelo depoimento conteste das oito testemunhas, as quaes nem falta a sciencia dos factos nem a necessaria probidade, acha-se provado plenamente, que pelo Réo, Luiz Pignatelli, foram infligidas á Autora, sua mulher, D. Maria Juliana do Espírito Santo, injurias graves e varias sevicias, sendo esta assim atrozmente maltratada não só por palavras como por actos, chegando o Réo mesmo á ameaça-a de morte com um revolver. Considerando, que pelo contrario acha-se plenamente provado, que a Autora, D. Maria Juliana do Espírito Santo, não dava causa aos actos praticados por seu marido, sendo como era, uma mulher virtuosa e excellente mãe de familia. Considerando, que todas as testemunhas attribuem todo o máo procedimento do Réo ao seu caracter malvado e a seus costumes depravados, portanto julgo por sentença o divorcio pedido pela Autora conjugue innocente contra o Réo, seu marido, para que produza todos os seus effeitos legais. Mando que os filhos communs e menores sejam entregues á Autora, conjugue innocente. Fixo a contribuição, que o Réo, conjugue culpado, deve concorrer para a educação dos filhos menores, assim como para a sustentação da Autora, sua mulher, innocente e pobre, na importancia de cem mil reis mensaes, nos termos dos artigos 82 § 2º e 88 e 90 do citado Decreto: Pagar os custos pelo mesmo Réo, que n'ellas condenno.³²

Infiltrando-se pelas letras do profissional do direito pode-se tecer algumas possibilidades e ao mesmo tempo vislumbrar quais foram os seus posicionamentos. Bruno Jansen Pereira deu expressivos créditos às testemunhas; esta suposição foi possível a partir das interpretações dos parágrafos da sentença, pois compreendeu o enlace matrimonial, de

cerca de três anos, como convívio composto por sevícias e injúrias, lembram-se que estas inculpações foram discorridas por todos os depoentes constituídos pela impetrante. Com efeito, o juiz claramente incorporou em seu veredicto termos que compuseram as versões prestados acerca da vida a dois. Na sentença também se encontram várias outras referências tomadas manifestas pelas testemunhas dentre as quais destacam-se as premissas de que a autora em nada teria contribuído para a vida conjugal ser constituída por sevícias e injúrias, ou seja, a queixosa, segundo o profissional do direito, sempre se comportou como mulher incólume em relação às causas da sua separação. Assim sendo, o meritíssimo se declarava convencido de que para tal auto não houve a colaboração da apelante, porquanto acentuava estar plenamente provado ser Juliana do Espirito Santo virtuosa e exemplar mãe de família.

Nos divórcios litigiosos, como se argumenta, tanto o centro irradiador – o item base do processo – quanto as outras acusações que se conjugavam com o inciso alegado eram, em linhas gerais, reforçadas pelas testemunhas constituídas. O estabelecimento de conjugações e paralelos entre a razão alegada com outras acusações como a de adultério e a de embriaguez, por exemplo, não se constituíam como argumentações apenas das mulheres quando propunham ações de separação de corpos e bens. Os homens também utilizavam da mesma arma a qual, como se afirmou, as regras jurídicas recomendavam, pois se fazia necessário estabelecer arguições percebidas na qualidade de sensatas e coerentes pelo judiciário. Conjuguar outras imputações por meio de testemunhas apresentava-se fundamental para se formar laços mínimos de certezas e legitimidades jurídicas. Nos processos que tinham os homens como demandantes as precauções também se mostravam necessárias, isto é, jogar bem o jogo das conjugações acusatórias e dos laços de solidariedade.

Estas estratégias foram utilizadas no auto impetrado em 1897 por Antonio Ismael de Castro, 29 anos contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 24 anos. A razão alegada em juízo para se pedir o divórcio foi o inciso 3º do artigo 82 do Decreto 181: abandono voluntário do domicílio conjugal. Todavia o autor e o advogado, Themistocles Augusto de Figueiredo, apenas neste inciso não se apoiavam. Acusavam-se a ré de ter adulterado os laços conjugais com “um sujeito conhecido por Antonio Boulhosa com quem ate hoje vive a rua Monte-Alegre”.³³ Com a sinalização de ser indisciplinada para com a fidelidade conjugal, recaía sobre a acusada transgressão de séria norma jurídica e social. Conjugavam-se, assim, nos autos civis de divórcio, duas imputações descortinadas bastantes comprometedoras para quem deveria cultivar comportamento social irrepreensível. Impreterivelmente as testemunhas constituídas declaravam em juízo serem seus vizinhos e confirmavam os comportamentos reprováveis da impetrada. Custodio Ribeiro da Costa, 38 anos, solteiro, português,

comerciante, confirmava: “(...) a ré ausentou-se da casa de seu marido há mais de dois annos (...)” e teria ouvido murmúrios de que “(...) a ré foi para a companhia de um homem, cujo o nome ignora (...)”. Em outra parte do depoimento expressava “(...) o autor trabalhava para o bem seu e de sua mulher, não dando elle motivo para que sua mulher abandonasse o lar conjugal (...)”. Custodio não desafiava da regra jurídica: sustentava as mesmas acusações e ainda tecia declarações elogiosas ao demandante do processo.³⁴ José de Brito Miguel, 40 anos, casado, português, categorizado como trabalhador, igualmente confirmou em juízo que Dona Adelina se retirou do lar conjugal “(...) na ausencia do marido (...)”, a respeito da acusação de a impetrada ter cometido o crime de adultério afirmava “(...) que tem ouvido dizer que a ré vive em companhia de hum homem de nome Frederico de Tal, morador á Rua Monte-Alegre (...)”. Em relação às possíveis qualidades do demandante, ressaltava que Antonio Ismael de Castro tratava bem a sua mulher e nunca havia espancado-a “(...) cumprindo elle autor com todos os deveres de marido e bom chefe de familia”.³⁵ As últimas testemunhas, Antonio da Cunha Junior, 42 anos, casado, português, talhador e Manoel Xavier Ferreira, 32 anos, casado, brasileiro, empregado no curro, reforçavam o abandono do lar conjugal, a prática de adultério da esposa e as boas referências quanto a vida pregressa do autor.³⁶

Adelina não teceu nenhuma palavra defensiva, não compareceu em juízo, não constituiu testemunhas, não contratou advogado, ou seja, como na sentença destacou o juiz Alfredo Raposo Barradas “(...) chamada a juizo, a ré não contestou a acção nem cousa alguma alegou ou provou em sua defesa (...). Neste sentido e por todos os depoimentos prestados, o jurista determinou: “(...) pronuncio o seu divorcio da ré, á quem condeno nos custos (...)”.³⁷ Para esta decisão os vínculos de solidariedade construídos entre o demandante e as testemunhas foram fundamentais, uma vez que se conseguiu formar boa prudência e precaução entre os depoentes e o sugerido pela justiça.

Considerações finais

No transcorrer das elaborações de “verdades” jurídicas em um processo de divórcio, tensões e elos de poder no interior não apenas das famílias envolvidas, mas também entre as testemunhas constituídas pelos cônjuges, tendiam a ficar mais acentuadas. Contudo estas agudizações sociais também eram espaços por onde se estabeleciam, de forma inteligível, contatos de solidariedade e consequentes junções acusatórias. Estes estratagemas apresentavam-se necessários quando um casamento chegava a ponto da separação. Utilizar

favoravelmente a legislação, procurar contemplar as exigências legais republicanas, conjugar acusações e constituir testemunhas entre os amigos e vizinhos caracterizavam-se em estratégias recorrentes no seio das separações de corpos e bens. Não se pode esquecer que em muito os laços de solidariedades se delineavam com os depoimentos das testemunhas; estas, procurando expressar possíveis maus-tratos, injúrias, adultério, prostituição, embriaguez, abandono do domicílio, tentavam tecer imagens favoráveis e desfavoráveis conforme as exigências do momento, isto é, nos depoimentos prestados aos juízes que arbitravam as causas observou-se o estabelecimento de vínculos solidários entre testemunhas e impetrantes e testemunhas e ré(us).

Nos autos movidos por homens e mulheres na cidade de Belém do final do século XIX notou-se que não ocorria unicamente a constituição de imagens e de papéis negativos sobre os acusados, mas também se procurava tecer concepções do compreendido como comportamento ideal para ambos os sexos, ou seja, como postura não “desviante”. Se as mulheres procuravam apresentar imagens negativas dos réus e positivas suas, por seu turno os homens se apropriavam da mesma estratégia. Enfim, para ambos os sexos, muito se buscou representar em juízo, juntamente com as testemunhas constituídas, não apenas o dito distorcido dos acusados, mas elaborar bons referenciais a respeito de si.

Com efeito, em um auto as elaborações das opiniões não se davam numa via de mão única; pelo contrário, quem solicitava, juntamente com os seus advogados, insistia em constituir intensas idas e vindas procurando elaborar representações desfavoráveis de quem se buscava incriminar, mas também cuidava da formulação da própria imagem por meio de predicações e adjetivações favoráveis. De terem sido boas mães e esposas, honradas perante a coletividade e vigilantes na conjugalidade, nos casos femininos. Por seu turno, aos homens como impetrantes, estabelecer juízo de que se constituíam em bons provedores, bons chefes de família, bons esposos e dados ao trabalho eram qualificantes essenciais para se conseguir o desenlace. No seio das forças jurídicas exigiam-se funções sexuais bastante distintas. Não se desejava que os lugares entre homens e mulheres se confundissem: às mulheres o extensivo ao lar, cuidar dos filhos e do esposo, dadas à fidelidade conjugal, enfim, os recônditos do doméstico e aos homens a tarefa de provedor, o trânsito no público. Estas noções do que se compreendia por boa conduta, como movimentações nobres, segundo as relações sociais dominantes da época, em muito se constituíam no que deveria ser julgado e apreciado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará no final do oitocentos.

Notas

¹ Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

² Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

³ Quanto a este processo inexistem numerosas informações a respeito, por exemplo, das idades dos cônjuges, e quando casaram.

⁴ Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

⁵ Processo de divórcio litigioso promovido por José Augusto da Silva Lima contra Carolina de Almeida Lima, 1899.

⁶ Mandado de depósito da menor Maria de Almeida Lima determinado pelo juiz Flavio Correa de Guamá. Processo de divórcio litigioso promovido por José Augusto da Silva Lima contra Carolina de Almeida Lima, 1899.

⁷ Idem.

⁸ Sobre a análise da existência de laços de solidariedade há uma significativa bibliografia sobre este assunto. Contudo, vejam-se: CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação de mestrado em história apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1997. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, ANPUH, nº 17. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 37-63.

⁹ CANCELA. Op., cit.

¹⁰ CHALHOUB. Op., cit.

¹¹ AYMARD, Maurice. Amizade e convivialidade. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 455-499.

¹² Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹³ SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989, p. 06.

¹⁴ Parte do depoimento dado pela testemunha Libanio Valle em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹⁵ Parte do depoimento dado pela testemunha João Affonso do Nascimento em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹⁶ Parte do depoimento dado pela testemunha Raymundo Archer da Silva em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹⁷ Parte do depoimento dado pela testemunha Antonio Duarte Quintino Garcia em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹⁸ Parte do depoimento dado pela testemunha Henrique Burgos de Oliveira em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

¹⁹ Parte do depoimento dado pela testemunha Francisco Pinto de Mesquita em favor da impetrante Antonia Sá Moreira de Sousa. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

²⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

²¹ BESSE, Susan. Crimes passionais: a campanha contra os assassinos de mulheres no Brasil 1910-1940. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, nº 18. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 181-197. Sobre esta temática consultar também: BORELLI, Andréa. *Matei por amor: representações do masculino e do feminino nos crimes passionais São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação de mestrado em história apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 1997.

²² ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, nº 10. São Paulo: Marco Zero, 1985, p. 123-146.

²³ Idem. P. 126.

²⁴ Para uma reflexão de como estas categorias se confundem no interior das relações de solidariedade, veja-se: AYMARD. Op, cit.

²⁵ Quanto a estes qualitativos que deveriam ser peculiares às mulheres, isto é, o ideal de mulher pura, virtuosa, boa mãe e esposa e honrada perante a sociedade foi em muito favorecida por uma educação que desejava ver as mulheres reclusas no interior dos recintos domésticos. Sobre esta temática, consultar: GONÇALVES, Margareth de Almeida. Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989, p. 61-78.

²⁶ Parte do depoimento dado pelo padre Julião Joaquim de Abreu em favor da impetrante Maria Juliana do Espírito Santo. Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

²⁷ Parte do depoimento dado pelo padre Julião Joaquim de Abreu em favor da impetrante Maria Juliana do Espírito Santo. Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

²⁸ Parte do depoimento dado pela testemunha Antonio Belem em favor da impetrante Maria Juliana do Espírito Santo. Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

²⁹ Parte do depoimento dado pela testemunha Antonio Belem em favor da impetrante Maria Juliana do Espírito Santo. Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

³⁰ Parte do depoimento dado pela testemunha Sebastião José de Menezes em favor da impetrante Maria Juliana do Espírito Santo. Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

³¹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003, p. 120.

³² Pronunciamento da sentença favorável ao divórcio dada por Bruno Jansen Pereira, Juiz de Direito da 1ª Vara Civil e de casamentos. Processo de divórcio litigioso promovido por dona Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

³³ Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

³⁴ Parte do depoimento de Custodio Ribeiro da Costa em favor do impetrante Antonio Ismael de Castro. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

³⁵ Parte do depoimento de José de Brito Miguel em favor do impetrante Antonio Ismael de Castro. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

³⁶ Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

³⁷ Parte do veredicto do juiz Alfredo Raposo Barradas. Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

Documentos

Decreto 181 de 24 de janeiro de 1890. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Primeiro Fascículo de 1 a 31 de janeiro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Processo de divórcio litigioso impetrado por Maria Juliana do Espírito Santo contra Luiz Pignatelli, 1895.

Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonio Ismael de Castro contra Adelina Rosa da Cruz Louzada, 1897.

Processo de divórcio litigioso impetrado por Antonia Sá Moreira de Sousa contra Alberto Moreira de Sousa, 1898.

Processo de divórcio litigioso promovido por José Augusto da Silva Lima contra Carolina de Almeida Lima, 1899.

Referências bibliográficas

- AYMARD, Maurice. Amizade e convivialidade. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. Vol. III. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 455- 499.
- CANCELA, Cristina Donza. *Adoráveis e dissimuladas: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX*. Dissertação de mestrado em história apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- BESSE, Susan. Crimes passionais: a campanha contra os assassinos de mulheres no Brasil 1910-1940. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, nº 18. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 181-197.
- BORELLI, Andréa. *Matei por amor: representações do masculino e do feminino nos crimes passionais São Paulo nos anos 20 e 30*. Dissertação de mestrado em história apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- GONÇALVES, Margareth de Almeida. Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989, p. 61-78.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, ANPUH nº 17. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 37-63.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989, p. 06.
- ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, nº 10. São Paulo: Marco Zero, 1985, p. 123-146.